

A GLOBALIZAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO¹

GLOBALIZATION AND THE ORGANIZATION OF THE WORK PROCESS²

Mardióli Dalla Rosa³

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o processo de evolução do trabalho e sua relação com o capital, partindo do processo de desenvolvimento capitalista, intensificado pela Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, que até a Revolução Comercial dos séculos XVI e XVII estava ligado à circulação de mercadorias, destacando-se as transformações sociais, econômicas e políticas provocadas. Será enfatizada a consolidação do sistema capitalista a partir da exploração da mais-valia e da divisão do trabalho como forma de aumentar a produtividade. É intenção, também, analisar o impacto que a globalização econômica e a implantação de políticas neoliberais vêm causando ao longo dos anos ao processo de trabalho, gerando a exclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: mais-valia, mecanização industrial, divisão do trabalho, globalização, sistema capitalista, exclusão social.

¹ Artigo recebido em 23 de junho de 2010 e aceito em 09 de julho de 2010.

² Artigo produzido para a disciplina de Sociedade do Trabalho e Desenvolvimento, do Curso de Mestrado em Direito da Universidade de Caxias do Sul –UCS.

³ Mestranda em Direito: Direito Ambiental, Trabalho e Desenvolvimento pela UCS; Bacharel em Direito pela Unijuí. mardioli@gmail.com

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the process of evolution of work and its relationship to capital, on the process of capitalist development, intensified by the Industrial Revolution began in England in the second half of the eighteenth century, until the Commercial Revolution of the sixteenth century and was linked to the movement of goods, highlighting the social, economic and political disasters. Will emphasize the consolidation of the capitalist system from the exploitation of surplus value and the division of labor as a way to increase productivity. Intention is also to analyze the impact of economic globalization and the implementation of neoliberal policies have caused over the years to the work process, leading to social exclusion.

KEYWORDS: capital gains, mechanization industrial division of labor, globalization, capitalism, social exclusion.

SUMÁRIO: Introdução. Revolução Industrial: marco da supremacia burguesa na ordem econômica. Fordismo e Toyotismo: formas de organização da produção capitalista. A globalização e a política neoliberal: novos paradigmas produtivos na organização do processo de trabalho. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

Não se pretende com este trabalho esgotar o assunto sobre a evolução da relação do trabalho/capital, mas abordar aspectos a partir da mecanização industrial, que evidentemente provocaram grandes mudanças, tanto de ordem econômica quanto social, possibilitando o desaparecimento do que restava das práticas feudais e artesanais ainda existentes e a implantação definitiva do modo de produção capitalista, com a exploração da mais-valia.

A seguir busca-se analisar os métodos de acumulação fordista e toyotista que muito contribuíram para a construção do sistema capitalista de produção e modo de regulação das relações trabalhistas, que paradoxalmente não colaboraram para a melhoria de condições dos trabalhadores, ao contrário aumentaram as desigualdades sociais.

Para finalizar aborda-se a influência da globalização econômica nas relações trabalhistas, a partir das alterações do modo de acumulação de capital e do modo de organização da produção, em que os processos que antes eram voltados aos recursos da

empresa, hoje são alterados para se voltarem às demandas do mercado. Como consequência a força de trabalho precisa adequar-se às novas formas de produção, tornando-se flexíveis, pois as transformações no mundo do trabalho, resultante da crise do capital, busca por meio do neoliberalismo e da reestruturação produtiva novas formas de gestão e controle do processo de produção e do trabalho.

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: MARCO DA SUPREMACIA BURGUESA NA ORDEM ECONÔMICA.

No decorrer do século XVIII a Europa Ocidental passou por uma grande transformação no setor da produção, em decorrência dos avanços das técnicas de cultivo e da mecanização das fábricas, à qual se deu o nome de Revolução Industrial⁴. A invenção e o uso da máquina permitiram o aumento da produtividade, a diminuição dos preços e o crescimento do consumo e dos lucros.

O desenvolvimento verificado nesse período foi fundamental para sepultar antigas crenças apregoadas pela Igreja Católica que impediam o impulso para o desenvolvimento tecnológico. É importante salientar que todo o desenvolvimento técnico sempre esteve relacionado com outros aspectos da história humana, pois no período em que acontecia a Revolução Industrial as transformações políticas e econômicas na Europa se davam igualmente de forma muito rápida. Surgem novas ideologias revolucionárias presentes na Declaração de Independência dos EUA (1776) e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) que tiveram muita influência na mentalidade dos homens da época. Era o liberalismo econômico e político que tinha como base a propriedade privada, o individualismo econômico, a liberdade de comércio, de produção e de contratos de trabalho sem controle do Estado ou pressão dos sindicatos.

Assim, ao lado das mudanças técnicas e políticas, aconteceram mudanças sociais, que nem sempre foram positivas. As empresas caseiras perderam totalmente suas feições artesanais, adquirindo uma nova forma. A substituição das ferramentas

⁴ Usamos esta expressão para nos referirmos a todas as mudanças no trabalho industrial, que aconteceram a partir dos meados do século XVII até a Revolução Tecnológica do presente Século.

artesanais pelas máquinas, da energia humana pela energia motriz e do modo de produção doméstico pelo sistema feudal contribuíram para o aceleração das mudanças no trabalho industrial e causaram grande impacto na estrutura da sociedade. O desenvolvimento de novas povoações, que surgiram a partir dos cercamentos ou “enclousures”⁵, possibilitou o deslocamento de homens e mulheres, que antes viviam nos campos, para as cidades e conseqüentemente o número de habitantes acentuou-se e já não vivem como famílias, mas são vistos como mão- de- obra fabril mais especializada.

Acentua Ashton (p. 22) que:

ao mesmo tempo exploraram-se novas fontes de matérias-primas, abriam-se novos mercados, criaram-se técnicas comerciais novas. O volume e mobilidade do capital aumentaram. A circulação monetária organizou-se [...] e nasceu o sistema bancário [...] O Estado passou a desempenhar um papel menos ativo na atividade econômica, ao mesmo tempo que aumentava a participação dos indivíduos e das sociedades econômicas.

Se por um lado Ashton (p. 23) diz que: “o aspecto mais saliente da história social deste período-aquilo que acima de tudo o distingue dos anteriores - é o rápido crescimento da população”, por outro, as condições de trabalho dos operários industriais e de tantos outros setores econômicos que emergiram eram precaríssimas, pois ao lado da intensificação da exploração do trabalho operário, da urbanização desenfreada e sem planejamentos das epidemias provocadas pelo acúmulo de populações nos grandes centros sem nenhuma infra-estrutura, cresciam as fábricas cada vez mais poderosas e determinantes de um processo irreversível que perdura até nossos dias.

E. J. Hobsbwm (1986, p. 42) observa que: “mais gente significa mão- de- obra em maior quantidade e mais barata, e muitas vezes já se argumentou que em si mesmo isto constitui estímulo ao crescimento econômico, pelo menos no regime capitalista. Nem sempre, porém, isto corresponde à verdade, pois conforme o mesmo autor [...] a mão-de-obra barata pode retardar a industrialização.” Quer com isso dizer que essa lógica não funcionou em outros países, pois a Inglaterra era favorecida por outros fatores, tais como o acúmulo de capitais provenientes da expansão marítimo-comercial e

⁵ Consistiam na unificação dos lotes dos camponeses, até então dispersos em faixas pela propriedade senhorial (campos abertos), num só campo cercado por sebes e usados na criação intensiva de gado e de carneiros ou nas plantações que interessavam ao proprietário (Olga Maria A Fonseca Coulon e Fabio Costa Pedro.O nascimento das Fábricas. <http://www.hystoria.hpg.ig.com.br>).

do modelo mercantilista adotado, a partir dos Atos de Navegação⁶, reservas minerais (havia abundância de carvão e ferro no solo inglês) o uso capitalista da terra, ampliação dos empréstimos a juros, com a criação do Banco da Inglaterra, em 1694, e o ouro extraído do Brasil, que também foi responsável pelo processo de acumulação de capitais na Inglaterra e, conseqüentemente, pela industrialização.

Então, contando com fatores propícios ao desenvolvimento (capital, mão-de-obra, mercados), os setores produtivos ingleses procuraram aumentar seu volume de produção e os níveis de produtividade através de artefatos mecânicos. A introdução de máquinas numa das etapas do processo produtivo, acelerando a quantidade de bens obtidos, implicou no aprimoramento técnico dos demais equipamentos e para agilizar o processo e baratear os custos, passou-se a concentrar os equipamentos e as atividades desenvolvidas, racionalizando a produção. Com a concentração dos meios de produção (instrumentos e objetos de trabalho) nas mãos de uma minoria da população - a burguesia-, a massa de trabalhadores viu-se então obrigada a vender sua força física em troca de salário.

Percebe-se que o surgimento da mecanização industrial operou significativas transformações em quase todos os setores da vida humana. Na estrutura socioeconômica fez-se a separação definitiva entre o capital, representado pelos donos dos meios de produção, e o trabalho, representado pelos assalariados, eliminando-se a antiga forma de organização corporativa da produção utilizada pelos artesãos. Os trabalhadores passam a viver da única coisa que lhes pertencia: sua força de trabalho, explorada ao máximo.

Dessa forma os assalariados, despojados de terras e ferramentas, submeteram-se a uma nova divisão do trabalho como produtores diretos de bens para os patrões burgueses.

Consolidava-se o sistema capitalista baseado no capital e no trabalho assalariado. O capital apresenta-se sob a forma de terras, dinheiro, lojas, máquinas ou crédito. O agricultor, o comerciante, o industrial e o banqueiro, os donos do capital controlam o processo de produção, contratam ou demitem os trabalhadores conforme

⁶ Decretado pelo governo de Oliver Crowell, em 1651. Conjunto de atos que determinavam que somente entrariam nos portos ingleses navios da Inglaterra ou pertencentes a países com os quais ela estivesse comerciando diretamente. Esses atos tornaram-se o sustentáculo do poderio da burguesia. (Vicentino, Cláudio, Dorigo Gianpaolo. História para o Ensino Médio, p. 331, 2002, Edit. Spcione).

sua conveniência. Os que não possuem capital vendem sua força de trabalho por um salário. O uso da força de trabalho é o trabalho. Este deve ser útil pra realizar valores de uso. O processo de trabalho é composto por: atividade do homem, objeto de trabalho e meios de trabalho. Então, o que distingue uma época econômica da outra são os meios de trabalho, verificando-se que a quantidade de mão de obra diminui com a evolução dos meios.

Com efeito, Ashton (p. 119) acentua que:

A revolução industrial era uma questão tanto econômica como tecnológica: consistiu tanto em alterações no volume e distribuição de riqueza como na mudança dos métodos de dirigir essa riqueza para determinados fins. Na verdade, os movimentos estavam estreitamente ligados; sem os inventos, a indústria teria prosseguido no seu lento progresso, tornando-se as empresas maiores, o comércio mais vasto, a divisão de trabalho maior, o transporte e as finanças mais especializados e eficientes, mas não teria havido nenhuma revolução industrial. Por outro lado, sem os novos recursos, dificilmente esses inventos poderiam ter ocorrido e só teriam sido aplicados em escala limitada. Foi o crescimento da poupança e da vontade de os pôr à disposição da indústria que permitiu à Inglaterra recolher os frutos do seu engenho.

Assim, embora a Revolução Industrial haja transformado fundamentalmente a vida social, econômica e política dos países ocidentais, marcando profundamente a relação capital-trabalho, pode-se dizer que ela provocou alterações no processo de trabalho, pois no dizer de Marx (2002, p. 417-418):

A divisão do trabalho, em sua forma capitalista, não é mais do que um método particular de produzir a mais-valia relativa, ou de fazer aumentar, às custas do operário, os lucros do capital é o que chamam de riqueza nacional. As custas do trabalhador, desenvolve-se a força coletiva do trabalho em prol do capitalista. Criam-se novas condições para assegurar a dominação do capital sobre o trabalho. Essa forma de divisão do trabalho é uma forma necessária na formação econômica da sociedade, é um meio civilizado e refinado de exploração.

Do exposto infere-se que a expansão industrial alcançou o continente europeu e alastrou-se pelo resto do mundo, atingindo a Bélgica, a França, Itália, Alemanha, Rússia, Estados Unidos e Japão e com a implementação da manufatura e da máquina alterou profundamente as formas de trabalho, estimulando o imperialismo do século XIX.

É inegável que a revolução industrial estabeleceu a definitiva supremacia burguesa na ordem econômica, ao mesmo tempo em que acelerou o crescimento urbano e a formação da classe operária. Nesse contexto, inaugurava-se uma nova época, na qual a política, a ideologia e a cultura gravitariam entre dois pólos: a burguesia industrial e o proletariado, estabelecendo-se claramente a luta de interesses entre essas duas classes.

Percebe-se claramente a permanente questão que atravessou o desenvolvimento capitalista até nossos dias: de um lado aqueles que valorizam a dinâmica produtiva, a atuação do mercado como resgate fundamental do desenvolvimento; de outro os que priorizam o lado social, os efeitos sobre as maiorias sociais no desenvolvimento econômico cada vez mais globalizado.

É incontestável que estavam fixadas as bases do progresso tecnológico e científico, visando à invenção e ao aperfeiçoamento constante de novos produtos e técnicas para o maior e melhor desempenho industrial. Abriram-se, também, as condições para o aumento da produtividade, com mínimo de custos, e a luta de classes, formando o conjunto das bases do mundo contemporâneo. Tendo como base o modo capitalista de produção e partindo da racionalização da organização do trabalho, serão analisados os métodos de acumulação do fordismo e do toyotismo que configuram uma forma de gerenciamento com vistas ao aumento de produção e consumo.

FORDISMO E TOYOTISMO: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA.

Para melhor entendimento dos modelos de organização da produção fordista e toyotista, a explicitação do que seja o imperialismo do ponto de vista econômico é fundamental, pois está intimamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo. As manifestações de V.L. Lenine, (1986, p. 641) são muito esclarecedoras quando observa que:

o imperialismo surgiu com o desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas.

Na verdade o imperialismo configura a fase monopolista do capitalismo, que para manter sua supremacia na ordem econômica, faz uma fusão do capital industrial, baseado no financeiro, com o capital bancário. Assim, se associam e passam a comandar

as relações mundiais referentes às transações comerciais, criando monopólios que por sua vez desempenham papel fundamental na vida econômica mundial. O principal teórico marxista, K. Kautsky, citado por Lenine, entende que o imperialismo congrega “todos os fenômenos do capitalismo contemporâneo cartéis, protecionismo, dominação dos financeiros, política colonial – [...], o imperialismo é uma necessidade vital para o capitalismo”.

No entendimento de Harry Braveman, (1987, p. 216):

[...] o capitalismo monopolista abrange o aumento de organizações monopolistas no seio de cada país capitalista, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, o mercado mundial e o movimento mundial do capital, bem como as mudanças na estrutura do poder estatal”.

É desnecessário enfatizar que isso é uma decorrência da revolução tecnológica que transformou a força de trabalho em capital, ensejando novos processos de trabalho, o emprego mais racional da mão- de- obra existente no mercado, ou seja, formando uma classe de trabalhadores dentro da estrutura ocupacional totalmente diferente dos trabalhadores oriundos da agricultura e das indústrias fabris.

Então, a partir dessa exposição pode-se inferir que a lógica capitalista representa em si, indubitavelmente, a busca desmesurada do lucro, que por sua vez agoniza as desigualdades sociais e acentua as contradições produzidas no âmbito das relações trabalhistas.

Nesse contexto percebe-se que as várias transformações ocorridas na sociedade são decorrentes da reestruturação e globalização da economia que nos quase trinta anos de expansão do capitalismo, no período pós-guerra (1945 –72), teve como paradigma de produção ou modo de acumulação do capital o fordismo (GRAMMSCI, 1989 p. 375-413), caracterizando-se este período por um modelo de organização do trabalho e produção em massa.

A indústria automobilística mudou as noções fundamentais da produção de bens e, conseqüentemente, as relações de trabalho, representando uma saída para a crise enfrentada pelo esgotamento do mundo capitalista.

Sabe-se que o regime de acumulação fordista teve sua origem nos EUA e no pós-guerra irradiou-se pelo mundo. Importante salientar que o fordismo é baseado no princípio de que uma empresa deve dedicar-se apenas a um produto. Para isso deve adotar a verticalização, dominar as fontes de matéria-prima, o sistema de transporte das

mercadorias, diminuir os custos e a produção deve ser em massa, em grande quantidade e aparelhada com tecnologia capaz de desenvolver ao máximo a produtividade dos operários.

Para a concretização desse modelo a produção que antes era artesanal é substituída pelo modelo desenvolvido por Henry Ford que “aplica os métodos do *taylorismo* (ou organização científica do trabalho) à indústria automobilística para atender a um potencial consumo de massas” (GOUNET, p.19), e assim produzir em série, sem a necessária especialização do operário.

Para tanto a primeira atitude foi [...] “o parcelamento das tarefas, na mais pura tradição taylorista. Em vez de fazer um veículo inteiro, um operário faz um número limitado de gestos, sempre os mesmos, repetidos ao infinito durante sua jornada de trabalho.” (p. 19). Com isso Ford garantiu a superação dos problemas da produção artesanal que exigia força de trabalho altamente qualificada e o volume de produção que era baixíssimo, e passa à automatização da produção, reproduzindo o trabalho parcial e especializado como forma de garantir a mais-valia, numa produção em série. O filme “A máquina que mudou o mundo” que tem como protagonista Charles Chaplin, ilustra com muita propriedade esse tipo de produção, na qual o trabalhador não se movimenta, realiza as atividades mecanicamente, pois com a criação do sistema de esteira rolante tudo fica mais rápido, a produção aumenta, reduzem-se os gastos, proporcionando uma elevação nos lucros.

Para alcançar taxas elevadas de produção e lucro Ford estabelece o dia de trabalho de 8 horas e institui a recompensa de cinco dólares para os trabalhadores de sua linha de montagem automática, “o que serviu para atrair a massa de trabalhadores à sua indústria, sendo que depois, pela concorrência, passou a ser o modo universal de produção, até porque as empresas concorrentes ou seguiam dito modo ou quebravam (GOUNET, p. 20-21). Na realidade o que Henry Ford propunha era uma sociedade baseada no consumo e para isso deveria haver condições para tal. Quer dizer, se o trabalhador recebesse mais conseqüentemente, o consumo seria maior.

Numa perspectiva global a consolidação desse regime de acumulação (fordismo) ocorreu de forma desigual nos países desenvolvidos, tais como Alemanha Ocidental, França, Inglaterra, Itália, em que cada país traçou caminhos diferenciados no tocante às relações de trabalho, aos investimentos públicos, às políticas monetárias e

fiscais. Apesar, dessa variedade de caminhos, o domínio econômico e político permaneceu com os EUA, que passaram a dominar a economia mundial.

O processo de crise do sistema fordista de produção, combinado com a profunda recessão da década de 70, acirrada pelo choque do petróleo, provocaram a reestruturação econômica e o reajustamento social e político mundial, colocando em movimento um conjunto de processos que se contrapunham ao paradigma fordista, desarticulando tudo que se tinha até então, ou seja, a rigidez estabelecida neste regime, passando a apoiar-se na flexibilidade dos processos de trabalho, novos mercados, produtos e padrões. A produção, ao contrário do sistema fordista que ocorria em série, passa a ser limitada, de acordo com a demanda do mercado.

Nesse contexto, Giovanni Alves (1999, p. 93), observa que :

o toyotismo assumiu a posição de objetivação universal da categoria da flexibilidade, tornando-se um valor universal para o capital em processo. O toyotismo tornou-se o ‘momento predominante’ do novo complexo de reestruturação produtiva sob o novo regime de acumulação flexível.

Como enfatiza Gounet (1986, p. 29) o sistema toyotista “é um sistema de organização baseado em uma resposta imediata às valorizações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada”.

Quer dizer, nesse sistema de acumulação flexível o trabalhador é mais explorado, devendo realizar múltiplas operações com o intuito de diminuir o tempo de produção e a margem de erros e conseqüentemente há a redução dos salários e da proteção social nas fábricas.

Assim, aconteceu uma alteração das condições de trabalho e sua relação com o capital, uma vez que a produção vai depender da demanda do mercado e o antigo trabalho regular passa a ser ocupado por trabalhos temporários, parciais e até subcontratados. Essa nova maneira de organizar a produção foi implementada no Japão, período compreendido entre 1950/1970, produto de uma adaptação progressiva do fordismo nas condições materiais e culturais daquele país.

Com efeito, Alves (1999, p. 94) observa que:

sobre o novo método de gestão da produção, impulsionado em sua gênese sócio-histórica pela sistema Toyota, conseguiu assumir um valor universal para o capital em processo, tendo em

vista as próprias exigências do capitalismo mundial, das novas condições de concorrência e valorização do capital surgidas a partir da crise capitalista dos anos 70.

Isso tem um significado muito importante para o capitalismo em si, pois a partir da mundialização do capital⁷, a lógica da produção de mercadorias passa a ser de acordo com as necessidades do mercado. Segundo o mesmo autor:

Surge uma nova realidade que se impõe sobre as partes constituintes do complexo produtor de mercadorias. Torna-se decisivo, para a própria eficácia do sistema, não apenas a racionalização intra-firma, mas a racionalização intra-complexo produtivo, nas relações entre as empresas (possibilitadas, é claro, pelas novas tecnologias de telecomunicações e de informática). (ALVES, 1999, p. 29).

Na verdade, o autor quis com isso dizer que essa nova realidade surge impulsionada por um novo método de gestão de produção, que racionaliza as relações entre trabalhadores e empresas, provocando mudanças nas etapas de produção que passam a ser executadas fora da empresa, ou seja, empresas menores contratadas para executar o que antes era feito nas indústrias. Isso leva a uma conseqüente redução do mercado de trabalho, ao desaquecimento da economia e diminuição do consumo. Evidente que isso acarreta maior exploração da força de trabalho, que se flexibiliza, ficando submetida aos interesses do capital que em função da globalização da economia e dos avanços tecnológicos necessita reestruturar-se para não diminuir seus lucros.

O que se observa é que com a globalização, os mercados são disputados e sobrevivem aqueles que possuem maior competitividade. Certamente nesse aspecto os países que dominam a tecnologia terão melhores condições de aumentar seus lucros e continuar disputando seu espaço na economia globalizada, invadindo todos os espaços globais concorrentemente ou na forma de monopólios. “A necessidade de um mercado constantemente em expansão impele a burguesia a invadir todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda a parte”. (LASKI, 1982, p. 97).

Considerando o rápido aprimoramento de todos os meios de produção, aliado às imensas facilidades dos meios de comunicação, deduz-se que a partir das duas formas de organização da produção o capitalismo consolida-se como sistema social e econômico

⁷ A nova etapa do desenvolvimento do capitalismo mundial, que surge a partir da reestruturação capitalista, [...] é caracterizada como sendo a mundialização do capital. Giovanni Alves, p51. Trabalho e Mundialização do Capital. A nova era do trabalho na Era da Globalização Editora Práxis, 1999.

predominante, assumindo as conseqüências da mundialização do capital: se por um lado a queda das barreiras geográficas trouxe uma série de mudanças nos campos do social e do humano, possibilitando melhorias materiais e gerando conforto agregando qualidade à vida, por outro aparece o efeito negativo das condições do trabalho e sua relação com o capital gerando a universalização da miséria e da fome que anda paralela a universalização dos mercados em mais de 3/5 do planeta.

A GLOBALIZAÇÃO E A POLÍTICA NEOLIBERAL: NOVOS PARADIGMAS PRODUTIVOS NA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO.

A partir da virada do século XIX para o século XX, o surgimento prevalência e superação dos modelos taylorista e fordista, impulsionam a busca da melhoria dos padrões de subsistência das sociedades. Os padrões organizativos baseados na rígida e centralizada proposta fordista, estariam sendo modificadas com a introdução de formas de gestão do trabalho e da produção mais flexíveis e descentralizadas. Isto implica na fragmentação e dispersão geográfica das unidades produtivas, que têm como objetivo o atendimento das demandas do mercado, redução de custos, eliminação dos excessos de força de trabalho e de matéria-prima, implantando como conseqüência a “produção enxuta”, oriunda do toyotismo.

Como salienta Boaventura de Souza dos Santos (2002, p. 61-62), a noção de território, atualmente transcende a idéia apenas geográfica de espaços contíguos que caracterizam uma região, para a noção de rede, formada por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais.

Nesse contexto, a reorganização dos processos produtivos ante à globalização econômica está exigindo novas formas de competição entre empresas e sistemas econômicos, voltando-se não apenas para o produto, mas principalmente para a tecnologia dos processos produtivos.

Como já foi salientado, a diminuição da importância do modelo fordista e o surgimento de um novo paradigma que tem como ponto-chave a flexibilidade para produzir vários produtos com uma tecnologia mais avançada, visa integrar o trabalhador a todos os aspectos da produção, mas “o que temos observado é que o complexo de reestruturação produtiva, sob a mundialização do capital, é caracterizado não apenas

pela instauração de uma nova base técnica, [...] mas principalmente por uma nova proposta de organização social da produção. (ALVES, 1999, p 131).

Assim, o processo de reestruturação e modernização dos meios de produção, (estes não mais determinados exclusivamente pelo capital, mas pelo conhecimento técnico e científico) surgem como alternativa para a crise da organização produtiva e do Estado. Com a implantação de políticas neoliberais, contudo, especialmente na América Latina, outros atores ingressam no espaço estatal, enfraquecendo o Estado-nação que com o rápido avanço tecnológico vai progressivamente perdendo a capacidade de controlar os fluxos de informações, passando a ser inoperante no contexto global.

Ignacy Sachs (1993, p. 200) afirma: “O Estado perdeu parte de sua autonomia de ação em consequência dos processos de globalização da economia”, mas isso não pode se refletir no encolhimento do Estado, na perda de sua capacidade política e administrativa, haja vista que é exatamente isto o que o atual sistema globalizante e neoliberal deseja.

Para Boaventura de Souza Santos (2002, p. 13):

A globalização neoliberal é um fator explicativo importante dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais das sociedades nacionais. Contudo, apesar de mais importante e hegemônica, esta globalização não é única. De par com ela e em grande medida por reação a ela está emergindo uma outra globalização, constituída por redes e alianças transfronteiriças entre movimentos lutas, organizações locais ou nacionais, que nos diferentes cantos do globo se mobilizam para lutar contra a exclusão social, **a precarização do trabalho (grifo nosso)**, o declínio das políticas públicas [...].

Conforme se depreende do exposto, a globalização traz gravíssimas consequências no que diz respeito à organização social, à soberania política dos Estados nacionais e à política econômica de cada país, uma vez que essa última passa a ser grandemente condicionada por fatores externos, que visam atender aos objetivos da comunidade internacional.

Sob esse ponto de vista, o Estado deixa ter o controle sobre o capital financeiro e o mercado passa a ser o alocador dos recursos. O neoliberalismo defende a livre circulação de bens, trabalho e capital, a queda das barreiras comerciais, a flexibilização das leis trabalhistas, as privatizações, enfim, a desregulamentação, deslegalização e desconstitucionalização para melhor adaptar-se às exigências da globalização econômica.

Nesse cenário novos paradigmas produtivos na organização do processo de trabalho passam a ser desenvolvidos e “a organização do processo de trabalho e as relações industriais ficam dependentes da capacidade da mão - de - obra demonstrar padrões de flexibilidade que se ajustem a essa nova filosofia [...]. (KON, 1997, p 67). Ou seja, o trabalhador deve apresentar disponibilidade para treinamento e reciclagem, capacidade de executar diversas tarefas, qualificação de alta tecnologia, submetendo-se dessa forma aos padrões de exigência da economia mundial.

O que se tem observado, entretanto, é que essa mudança na organização produtiva e das relações de trabalho nas economias mundiais tem provocado uma diminuição dos empregos efetivos, mudando para situações de empregos temporários e aumentando o desemprego que na lógica neoliberal da nova divisão do trabalho é um mal necessário, o que por sua vez gera a exclusão social.

Observa-se que o processo de globalização e as políticas neoliberais, em nossos dias, exigem a definição de novos conceitos sobre a organização do trabalho encontradas na sociedade e de novos paradigmas que expliquem a divisão do trabalho da forma como está acontecendo na ordem local, nacional e mundial.

A desconstrução teórica da noção de trabalho ganha importância na medida em que, ocorre “a interpenetração, cada vez maior, entre as funções produtivas e as funções ditas improdutivas”. (ALVES, p. 139). Ou seja, a polaridade entre essas funções produz uma diminuição da classe operária tradicional e provocam mudanças no mercado de trabalho, nos paradigmas produtivos, que em virtude da difusão social da produção tendem a exigir um novo perfil do trabalhador.

Destaca-se que a transnacionalização da produção com a instalação de multinacionais em diferentes países, a fragmentação geográfica e social dos processos de trabalho, o aparecimento de pequenas microempresas, do trabalho informal ou a domicílio são faces das metamorfoses do trabalho e da mundialização do capital.

As mudanças no trabalho, principalmente quanto aos processos de terceirização, flexibilização, cooperativação, informatização, dentre outros, revelam a tendência mundial decorrente da alteração do modo de acumulação capitalista e da globalização econômica. Essas mudanças nos processos de trabalho exigem a desregulamentação do Direito do Trabalho e uma maior flexibilização nas relações capital/força de trabalho.

É inegável que o referido processo de mudanças contribuiu para excluir trabalhadores e não se restringe apenas à luta pela redução do número de trabalhadores, também visa submetê-los a novas formas de exploração.

Ainda, é importante mencionar que a crescente força privada dos conglomerados econômicos e a crise do Estado intervencionista deram impulso, por sua vez, as pregações neoliberais que seguindo orientações iniciaram uma série de privatizações o que ampliou os espaços para a atuação de empresas transnacionais, subordinando produtos e serviços, antes considerados estratégicos para o desenvolvimento e a soberania nacionais, à lógica do mercado internacional. A redução dos gastos públicos com saúde, educação, previdência e outras políticas sociais, significaram a desmontagem parcial do Estado de bem - estar social, agravando o quadro social.

Sob este viés, o entendimento da necessidade de construção de novos paradigmas na organização do processo de trabalho deve ser associado às transformações advindas da globalização, destacando-se as novas tecnologias de informação e comunicação que foram decisivas na reestruturação do mundo do trabalho e da produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importa assinalar que a organização do processo de trabalho fabril, emergente no final do século XVIII na Inglaterra, constitui referência histórica na elaboração da noção de trabalho, capital e mais valia.

Diferentemente da Primeira Revolução Industrial, iniciada no final do século XVIII, e da Segunda do século XIX, a época do capitalismo global encontrou boa parte dos movimentos trabalhistas fragilizados e em refluxo. Com o progresso tecnológico e científico, a classe trabalhadora deixa de ser o centro da atividade laboral, sendo substituída pela máquina, iniciando-se o processo de exploração da mais-valia relativa.

Então, enquanto a prioridade for à modernização e a ampliação da economia de mercado essa atual condição do trabalho e do trabalhador é irreversível. Se por um lado o desenvolvimento tecnológico impulsionou o crescimento, por outro acentuou as desigualdades sociais, provocando a exclusão social. O avanço das desigualdades

socioeconômicas entre países e grupos sociais é um indicador da gravidade da situação da população mundial, a qual cerca 3/5 do planeta vivem em condições abaixo da linha da pobreza, sem acesso a alimento, água potável, habitação e saneamento básico.

Por outro lado, sem desconhecer que a presença invisível do mercado, em meio à globalização econômica e o desenvolvimento de políticas neoliberais exigem novos paradigmas produtivos na organização do processo de trabalho, o mais alarmante é que ao invés de contribuírem para aumentá-lo o aprimoramento contínuo da democracia, têm gerado a desintegração social numa escala massiva, acirrando as contradições sociais e universalizando a miséria.

Não se pode desconsiderar que as formas de organização da produção capitalista fordista e toyotista aceleraram o processo do capitalismo moderno, introduzindo novas modalidades de produção graças ao desenvolvimento de tecnologias mais flexíveis e modificando a dinâmica das relações de força e de poder entre empresas e mercados. No entanto, o capitalismo atual baseado no capital financeiro apresenta uma contradição mais ideológica que econômica, desestruturando a sociedade.

Nesse sentido Göron Therborn (1995, p. 47) observa que :

[...] em todos os países, não somente na América Latina, tendências a um desemprego em massa de caráter permanente, uma reprodução da pobreza e, também, o surgimento de altos graus de desesperança e de violência, inclusive nos países escandinavos. Essa tendência autodestrutiva da competição atual no capitalismo, geradora de mecanismos cada vez mais intensos de exclusão social de uma grande parte da população, é um aspecto central desta contradição sociológica.

Conclui-se que as mais graves conseqüências da globalização e do neoliberalismo em quase todos os países, mas, sobretudo na América Latina, foram: do ponto de vista social - a ampliação das diferenças sociais, o agravamento das desigualdades, da exclusão e segmentação social e do ponto de vista econômico o desvio crescente de recursos para a especulação, incapacidade crescente de absorção da mão- de obra- e do trabalho humano e a incapacidade de recuperar e sustentar ritmos elevados de crescimento.

Assim, sendo, é necessário e urgente que se enfrentem as contradições do atual sistema capitalista e se reconstrua uma teoria crítica sobre novas formas de gestão e controle do processo de produção e do trabalho que analise as situações existentes e lute por outro tipo de sociedade, diversa da que se forma com o neoliberalismo. Lute por uma sociedade mais justa, na qual se reduzam as desigualdades produzidas pela

supremacia do mercado e do capital e se restabeleça um novo pacto social que tenha a intenção de proteger e salvaguardar os excluídos, seu direito de trabalho e de vida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do capital. A nova degradação do trabalho na era da Globalização.** Editora Práxis, 1999.

ASTHON, T. S. **A revolução industrial. Tradução, notas e índices de Jorge Macedo.** 6 ed. Portugal: Publicações Europa- América.

BRAVERMANN, Harry, **Trabalho e Capital Monopolista. A Degradação do Trabalho no século XX.** Tradução de Nathanael C. Caixeiro, Rio de Janeiro: LTC editora, 1987.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel.** Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno.** 7 ed. Trad. L. M. Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

KON, Anita. **Tecnologia e trabalho no cenário da globalização.** In Desafios da Globalização. Ladislau Dowbor, Octavio Ianni e Paulo-Edgar A Resende (orgs). 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LASKI, Harold J. **O manifesto Comunista de Marx e Engels.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

LENINE, V.I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo.** 3 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PETRAS, James. **Os fundamentos do neoliberalismo**. In RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo Domingos (Orgs.). **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SACHS, Ignacy. **Perspectivas para o século XXI**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

THERBORN, Göran. **A crise e o futuro do capitalismo. In Balanço do neoliberalismo**, In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.